

Histórias da Covid-19: reflexões sobre violências desveladas na pandemia e o potencial das plantas-pessoas-espíritos

Maria do Socorro Pimentel da Silva¹

Alexandre Herbetta²

Taís Pocuhto

Cintia Guajajara

Antônio Jukureakireu Boe

Asariku Waura

Muni Kayabi

Mehinaku Kemenha

José Yudjà

Clarice Krikati

Agostinho Eibajiwu

Makatu Kayabi

Umya Karajá³

RESUMO

Apresentamos percepções indígenas e não indígenas acerca do avanço da pandemia de Covid-19 em territórios originários. Da mesma forma, refletimos a partir de perspectivas originárias acerca do que se passa no mundo, dando destaque para o caráter das políticas públicas indígenas e das práticas comunitárias originárias. Por fim, problematizamos a questão da disjunção entre natureza e pessoas na visão ocidental, focando na falta de espiritualidade presente nas práticas e condutas não indígenas.

Palavras-chave: Covid-19. Pluriepistemologias. Políticas públicas. Necropolítica.

Covid-19 stories: reflections on violence unveiled in the pandemic and the potential of plants-people-spirits

ABSTRACT

We present indigenous and non-indigenous perceptions about the advance of the Covid-19 pandemic in indigenous territories. Likewise, we reflect from indigenous points of view about what is happening in the world, highlighting the character of indigenous public policies and indigenous community practices. Finally, we problematize the issue of the disjunction

¹ Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás, Brasil. E-mail: smariapimentel@yahoo.com.br.

² Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás, Brasil. E-mail: alexandre_herbetta@yahoo.com.br.

³ Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena (NTFSI) da Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás, Brasil.

between nature and people in the Western view, focusing on the lack of spirituality present in non-indigenous practices and conduct.

Keywords: Covid-19. Pluriepistemologies. Public policy. Necropolitics

Para Socorro.



1. Apresentações

No momento da escrita deste texto, em março de 2021, o Brasil passa pela tenebrosa marca de mais de 300 mil mortes decorrentes da doença Covid-19, cerca de um ano depois do início da mesma. O governo federal, em especial, segue com sua incompreensível política, do ponto de vista racional, em relação à pandemia, realizando exatamente o contrário do que o mundo compreendeu ser necessário. Não há testagem em massa, não há vacinas em número minimamente adequado, não houve compra de vacinas no momento certo, há um incentivo ao não uso de máscaras, há a proposição de medicamentos sem comprovação científica e uma ação intensa contra o distanciamento social.

O planeta assiste atônito o país se transformar em uma espécie de laboratório mórbido de aniquilação de parte de sua própria população, com cenas absurdas de dor e sofrimento humano e um caldeirão de produção de novas variantes do vírus, com possibilidade de serem mais perigosas ainda.

Neste cenário, de acordo com levantamento da APIB — Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, em relação aos povos indígenas, apesar do início da vacinação nas populações indígenas, o país passou neste mesmo momento da marca mórbida de 1.002 indígenas mortos por Covid-19, com mais de 160 povos afetados. Eloy Terena, intelectual, antropólogo e advogado indígena afirmou que a marca poderia ter sido evitada caso o governo não tivesse adotado uma posição negacionista, tivesse cumprido com as determinações do STF – Superior Tribunal Federal e tivesse implementado as medidas de proteção nas áreas indígenas (DESACATO, 2021).

Mawaré Yudjá, em atividade acadêmica do Curso de Educação Intercultural do Núcleo Takinahakỹ, no mesmo mês, por sua vez, afirmou que, segundo os sábios de seu povo, a doença tem a ver diretamente com o desequilíbrio causado pela ação predatória intensiva de matriz eurocêntrica em relação à natureza. Para Yudjá, o Planeta Terra, enquanto agente vivo, está apenas respondendo à violência presente na ganância do não indígena.

Buscamos aqui tomar como base as afirmações de Eloy Terena e de Mawaré Yudjá e refletir sobre a terrível situação vivida no país. Por um lado, buscamos concretamente entender aspectos centrais da política indigenista em relação ao avanço da Covid-19 em territórios originários no país, sejam eles urbanos ou rurais. Por outro, buscamos apresentar estratégias e percepções indígenas acerca do que se passa no mundo. Tentamos responder de alguma forma sobre a causa estrutural por trás do momento dramático que se passa no país.

Consideramos que os impactos decorrentes do avanço da doença são bastante amplos e complexos e se estendem de questões de saúde e sanitárias, muito evidentes a questões territoriais, educacionais e de garantia de direitos já conquistados. Há questões relacionadas ao sofrimento psíquico. Há questões relacionadas à formação de subjetividades. As escolas indígenas e não indígenas que buscam tratar das questões do mundo contemporâneo, por exemplo, estão paralisadas ou funcionando de maneira inadequada e muitos territórios estão sendo mais invadidos por madeireiros, garimpeiros e evangelizadores.

Há que se considerar, igualmente, que os impactos deste momento seguirão por muito tempo nas vidas e memórias das pessoas, e são ainda incalculáveis.

1.1 “Nós”

Este texto é produzido de maneira colaborativa, por intelectuais indígenas e não indígenas e, deste modo, se apropria de uma estratégia da luta indígena contra a Covid-19, como se verá, que é a da articulação política e busca pela formação de alianças e redes de colaboração, em direção a uma ação coletiva e comunitária.

É evidente nas estratégias efetivadas a importância da coesão de forças distintas (ou não), o que tem relação com o que o intelectual Cree, Sahwn Wilson, chama “relacionalidade” (2015), o intelectual mixe, Diaz Gomes (2014), “comunalidad” e o intelectual Monhauk, “resurgence” (2005). Trata-se também de reflexão realizada em grandes conversas (KAYABI, 2021) no âmbito do Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena, onde, docentes indígenas comumente usam o termo “atualizar” para refletirem acerca de dinâmicas coletivas baseadas em epistemologias singulares como base de condutas adequadas no mundo.

O uso do pronome “nós”, aqui, indica a existência de um coletivo constituído por distintas subjetividades, indígenas e não indígenas que, neste plano textual (e em condutas), se colocam em uma mesma vibração e perspectiva, isto a despeito de suas marcantes diferenças. A interação colaborativa traz o ganho de conhecer a pluralidade, sem desconsiderar as tensões e contradições da situação.

Um desafio central das metodologias colaborativas é justamente a criação de outras subjetividades e espaços de interação que transformem sujeitos individualizados em um coletivo possível, por um determinado período de tempo. Trata-se de conhecer não os outros e não apenas para os outros, mas, sim, junto com os outros, o que é transformativo para todos.

Tomamos igualmente como base princípios de uma pesquisa indígena acessando distintos conhecimentos por meio de regras de respeito próprias das epistemologias particulares (KAIABI, 2021). Assim, além de realizar uma análise documental e uma pesquisa em condutas nas redes sociais, tomamos como base “grandes conversas”, como afirma o intelectual Muni Kayabi, realizadas em territórios originários e acadêmicos, desvelando palavras-conhecimentos das línguas originárias.

Tratamos, também, de ter em consideração e de maneira importante o valor dos afetos em investigações científicas. Assim como afirma Raquel Gutierrez, há uma

[...] preocupação por entender as formas políticas e o político que se praticam e pensam desde abaixo, e que visibilizam tantos os momentos mais enérgicos da luta social como os cotidianos esforços para sustentar material e simbolicamente a reprodução da vida social (GUTIERREZ, 2017, p. 13).

Estes são aprendizados que a Covid-19 deixará para as equipes de saúde e outras tantas, de muitos municípios brasileiros, que deveriam aceitar o tratamento da medicina tradicional indígena articulado com a medicina não indígena, a princípio, perspectiva base da política nacional de saúde indígena, quase nunca bem aplicada. Este é um aprendizado para um país mais digno e uma democracia mais plena.

O momento (e daqui por diante) exige um diálogo de comunicação intercultural crítico que deve considerar o modo bi/tri/plurilíngue e pluriépistêmico dessas interações. Esta é uma lição para o planeta, escutar de maneira sensível a percepção de outras populações e povos acerca do mundo contemporâneo. A questão que emerge mais uma vez é a da concreta efetivação da diferença, como ficará claro. Em outras palavras, a questão tem a ver com os impactos do caráter monoépistêmico das políticas públicas, como se verá.

O desafio que se coloca é, portanto, enorme. Nem todas as pessoas têm contribuído, nem todos respeitam o direito indígena, nem todos respeitam as leis criadas pelas comunidades locais. Poucos escutam a sabedoria indígena. O impacto da Covid-19 em nossos territórios e espaços indígenas é muito violento e certamente ficará em nossa memória coletiva.

Nossos modos de convivência estão duramente impactados. Nossas línguas indígenas também são sufocadas não só pelos idiomas majoritários, mas também pelo desmatamento, pela morte dos rios, lagos, pela extinção dos animais, diminuição dos peixes, das frutas, insetos, etc. As palavras dessas línguas se alimentam dessa natureza, e constroem seus significados e sentidos nesses contextos. Tudo isso, contribui, ainda, para que cosmologias enfraqueçam.

2. Dissimulação: dados subnotificados, políticas ineficazes

Neste cenário, deve-se chamar a atenção para a discrepância entre os dados oficiais coletados sobre o tema e apresentados pela SESAI/MS – Secretaria Especial de Saúde Indígena/Ministério da Saúde e os dados apresentados por outros organismos e instituições não governamentais. Os movimentos indígenas, por exemplo, em diálogo e com base na Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) mostram que os casos de contaminação e óbitos são maiores que os dados oficiais, o que é grave, pois maquia a real situação. Segundo

o Comitê Nacional pela Vida e Memória dos Povos Indígenas, entidade vinculada à APIB, há uma questão muito séria de subnotificação. Nega-se a realidade.

A diferença na metodologia explica a diferença nos dados. Enquanto o referido comitê inclui tanto indígenas que vivem nos territórios tradicionais quanto os que vivem em contexto urbano, como dispõe a Convenção nº 169 da OIT – Organização Internacional do Trabalho, sobre a necessidade de se ter como base a autodeclaração e os vínculos comunitários, a SESAI/MS não registra indígenas que vivem em contexto urbano, o que é duramente repudiado pela APIB.

Esta subnotificação maquia a situação, invisibilizando a dramaticidade da questão, a urgência da ação e a profundidade do momento. Impede uma análise adequada, tornando a elaboração de políticas públicas insuficientes e fora do tempo adequado. Muitos indígenas, especialmente os que vivem em contextos urbanos, igualmente ficam à margem de um tratamento mais adequado.

2.1 Fraqueza e insuficiência da ação estatal

O ministro Luís Roberto Barroso, do STF – Superior Tribunal Federal, homologou recentemente o “Plano Geral de Enfrentamento à Covid-19 para Povos Indígenas” criticando a desarticulação do governo federal em relação ao tema. É impressionante e assustador pensar que não há uma estratégia consistente em relação ao assunto definida anteriormente.

Lembre-se que o primeiro caso confirmado em contexto indígena se deu em 01 de abril de 2020, segundo o site Agência Brasil, quando da contaminação de uma indígena Kokama que, segundo a fonte, pode ter acontecido justamente em contato com médico do sistema de saúde, que deveria estar afastado. O município, que fica na microrregião do Alto Solimões, integra o Distrito Sanitário Especial Indígena Alto Rio Solimões (RODRIGUES, 2020).

Se pensarmos sobre uma política indigenista levada a cabo pelo governo brasileiro para o tema, é evidente que medidas básicas de apoio não foram tomadas a tempo de conter o avanço da doença, como a testagem em massa, a cessão de equipamento e profissionais em número suficiente e o planejamento da ação. Note-se que a temporalidade das políticas é fundamental para salvar vidas e evitar a circulação da doença.

Mesmo que a vacinação tenha se iniciado, se encontra em ritmo lento. Até o momento nem um terço da população brasileira considerada prioritária no país foi vacinada.

Muitas lideranças indígenas apontam esta falta de planejamento e organização como um dos elementos chaves para o avanço da doença. Para um professor Tapirapé⁴, por exemplo, há casos de contágio no contato com a cidade, na ocasião do recebimento do auxílio estatal, pois não há precaução das agências governamentais sobre o acesso aos benefícios e outras demandas que devem ser realizadas na cidade, deixando-se de lado o caráter diferenciado necessário das políticas indígenas de saúde.

Neste cenário dramático, crimes contra os territórios originários como o desmatamento, as queimadas e as invasões aumentaram (RANGEL, 2020, p. 24). Os Yanomami, por exemplo, denunciam a presença de cerca de 20 mil garimpeiros dentro de seu território, aumentando o desmatamento, a poluição de seus rios e o perigo do contágio da doença. Deve-se notar, além disso, que crimes contra a vida das populações indígenas também se intensificaram (Idem).

Neste contexto, segundo Baxy Apinajé (2020) o apoio para as ações de seu povo na contenção da doença veio do município de Tocantinópolis/TO por meio do oferecimento de uma casa de isolamento na cidade. Segundo a mesma “na aldeia poderia ser problema pois queremos estar próximos”. O município colaborou também com insumos para as barreiras sanitárias efetivadas para garantir o isolamento das aldeias.

Os Karajá também receberam ajuda dos municípios, solidariedade de amigos não indígenas, e por meio do grupo SOS/KARAJÁ. Conseguiram insumos para as barreiras sanitárias e testes rápidos, doados pela Universidade Federal de Goiás (UFG), e recursos para comprar remédios doados pela ABRALIN. O grupo foi criado diante do desespero que estavam vivendo. Diversos sábios e sábias Karajá morreram, eles que eram os(as) guardiões e guardiãs de saberes milenares, grandes mestres e mestras responsáveis pela transmissão de saberes especializados às gerações mais novas. Muitos professores e professoras Karajá tiveram a Covid-19. Muitas vidas Karajá foram salvas graças às plantas medicinais, graças aos saberes milenares que mulheres e homens de sabedorias herdaram dos seus antepassados.

3. Coletividades: ação e protagonismo indígena

Neste contexto de subnotificação e falta de ação governamental, a resistência ao avanço da Covid-19 se dá sobremaneira em ações pensadas, planejadas e executadas pelas comunidades indígenas, de modo coletivo. As reuniões de lideranças e comunidade, muitas

4 Alguns nomes serão suprimidos para que não se gere riscos às lideranças indígenas.
Dossiê epistemologias do sul e diálogos interculturais na educação.

vezes nos pátios centrais, são espaços fundamentais para a luta contra a pandemia. A atuação de caciques, pajés e lideranças é central para a resistência indígena. Os Krahô, por exemplo, fazem várias reuniões com lideranças, caciques e parentes, no Ká (pátio central), local tradicional de articulação política, para que todas as aldeias atuem com coesão para fortalecer o combate a esse vírus invisível.

Tal luta se soma aos esforços dos profissionais de saúde indígenas e não indígenas que se doam intensamente para conter o avanço da pandemia.

Para Floriberto Diaz Gomes, intelectual mixe, a noção de comunalidad,

expressa princípios e verdades universais em relação à sociedade indígena, que devem ser entendidos desde o início, não como algo oposto, mas como diferente da sociedade ocidental. Para compreender cada um de seus elementos, certas noções devem ser levadas em consideração: o comunitário, o coletivo, o complementar e o integral. Sem ter em mente o significado comum e integral de cada parte que tentamos compreender e explicar, nosso conhecimento será sempre limitado (HERNANDEZ; JIMENEZ, 2014, p. 36).

Nos territórios originários, uma das ações que foram mais bem-sucedidas foram as barreiras sanitárias. Entre os Krahô foi criada barreira sanitária na entrada principal da entrada para cidade de Itacajá com intuito de impedir a saída dos mehis (indígenas) para a cidade e ao mesmo tempo impedir a entrada de pessoas estranhas na reserva. Os guerreiros indígenas foram escolhidos para estarem no portão para vigiar dia e noite. No entanto, sofreram ameaças de morte por estarem impedindo a entrada dos indígenas na cidade, o que indica a complexidade da situação.

Entre os Apinajé:

as Barreiras Sanitárias Indígenas ficam nos limites do território. Uma está na divisa com Tocantinópolis, dentro do nosso território, na rodovia Transamazônica. Esta barreira guarda 23 aldeias Há outra barreira sanitária que fica localizada na TO-126, a qual liga as cidades Tocantinópolis e Maurilândia. E outra barreira na entrada da aldeia Prata que tem entrada pela estrada e pela aldeia Cocal Grande, guardando mais 26 aldeias. Os guardiões fecharam assim as duas pontas de acesso ao território, pelo lado da aldeia Mariazinha e pelo lado da aldeia São José. Fizemos o círculo de proteção das aldeias (BAXY, 2020, p.5).

Com o passar do tempo e o início da vacinação, as barreiras sanitárias foram sendo abandonadas. É evidente que os lugares que conseguiram implementá-la de maneira rígida conseguiram se proteger de maneira mais consistente, possuindo poucos casos de contaminação ou até mesmo nenhum.

A relação com a cidade é um elemento importante no contexto e, no caso, é bastante intensa, a cidade sendo muitas vezes um espaço abusivo, que discrimina, mas se beneficia da presença indígena. Isto acontece pois em algumas comunidades se necessita de muitas coisas da cidade. Baxy Apinajé afirma que “cercados por cidades, soja, plantação, eucalipto, o Rio Tocantins com muita barragem, não há mais peixes. Recorremos a cidade para mantimentos, para sustento” (Apresentação oral, Baxy, 2020).

Para se protegerem, muitos indígenas se deslocaram e se isolaram em suas roças para se distanciarem de outras pessoas e não precisarem da relação com a cidade, mas muitos não ficaram por muito tempo e acabaram voltando para aldeia.

3.1 Movimentos

Vale destacar que a APIB e outros movimentos indígenas agem igualmente no nível institucional, acessando espaços no Estado brasileiro. Nesta direção a articulação do movimento indígena, por meio de advogados indígenas e em diálogo com partidos políticos, cobra veementemente ações efetivas do governo federal. Destaque-se a ADPF 709/2020:

Trata-se de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental proposta pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB, pelo Partido Socialista Brasileiro – PSB, pelo Partido Socialismo e Liberdade – PSOL, pelo Partido Comunista do Brasil – PC do B, pelo Rede Sustentabilidade – Rede, pelo Partido dos Trabalhadores – PT e pelo Partido Democrático Trabalhista – PDT. A ação tem por objeto um conjunto de atos comissivos e omissivos do Poder Público, relacionados ao combate à pandemia por COVID-19, que implicariam alto risco de contágio e de extermínio de diversos povos indígenas, em violação à dignidade da pessoa humana (CF, art. 1º, inc. III), aos direitos à vida (CF, art. 5º, caput) e à saúde (CF, arts. 6º e 196), bem como ao direito de tais povos a viverem em seu território, de acordo com suas culturas e tradições (Constituição Federal, art. 231).

Neste caso a APIB questiona a falta de cumprimento de preceitos constitucionais fundamentais por parte do país no combate à pandemia do novo coronavírus entre os povos indígenas brasileiros. Há nesta afirmação desrespeito, por parte do Estado, à Constituição de 1988 e a acordos internacionais, como a Convenção nº 169 da organização Internacional do Trabalho, da qual o país é signatário. No dia 08 de julho de 2020, o ministro Luis Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal concordou com a manifestação indígena e estipulou que o Estado deve realizar ações concretas e efetivas contra o avanço da pandemia de Covid-19 entre a população indígena.

O juiz tomou como base parte dos direitos indígenas, especialmente o artigo 231 e 232 da Constituição Federal. O primeiro ressalta a necessidade de atenção às particularidades culturais indígenas e o segundo garante aos povos originários a possibilidade de representação jurídica em relação ao estado brasileiro.

Ademais, no âmbito institucional organizou-se uma Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Povos Indígenas, liderada pela deputada federal Joênia Wapichana que se atenta às ações governamentais, buscando propor medidas legais cabíveis para o enfrentamento da questão. Destaque-se que esta frente em parceria com a APIB e outros movimentos indígenas, na falta de um plano estatal, elaborou o documento “Emergência Indígena” (<http://emergenciaindigena.apib.info/>), plano de ação para lidar com a dramática situação, com base em diretrizes, ações e estratégias de comunicação.

É hora de refletir sobre o modo de vida que temos cultivado até os dias atuais, pois as diversas crises e catástrofes ambientais são fruto de ações de fortes impactos no meio ambiente que nos levam ao avanço do aquecimento global, à perda de vegetação, da biodiversidade e outras profundas mudanças na natureza. São o prenúncio de que estamos vivendo hoje, alertas da mãe terra sobre o nosso modo de existir, que necessita ser repensado. Para nós está claro que urge exercitarmos ainda mais a solidariedade. Para o Brasil e o mundo, pode até ser novidade essa guerra viral mas para nós, povos indígenas, não. Já conhecemos essa realidade porque fomos vítimas das doenças utilizadas como estratégia no processo de invasão e colonização do Brasil e outras tantas agressões, como aquelas praticadas durante a ditadura militar e nos tempos atuais para exterminar os nossos povos, nossa identidade e nosso modo de vida e usurpar os nossos territórios, além dos bens naturais que preservamos milenarmente. No Brasil atravessamos dias difíceis, de muita tristeza e incertezas políticas, já são mais de 43 mil vidas perdidas e 800 mil infectados pela Covid-19, com um percentual de letalidade de 6,6% na população em geral. E estamos, todos, constatando que a Covid-19 afeta de maneira ainda mais letal as populações indígenas. Registramos, até o dia 16 de junho, 287 indígenas falecidos, 5.484 infectados, com 103 povos impactados em mais de 17 estados da federação. O poder de letalidade do vírus entre os povos indígenas está acima dos índices dos não indígenas, o que demonstra a sua forte capacidade de destruição (Plano Nacional – Emergência Indígena, 2020, p.7).

A estratégia de comunicação e informação se mostra importante no período. A APIB segue igual e intensamente comunicando a situação publicamente, seja em suas páginas http://emergenciaindigena.apib.info/dados_covid19/, eventos virtuais, como webnários ou lives, campanhas como “Vidas indígenas importam”, seja produzindo informação e suportes de informação de maneira bastante eficiente como em boletins multilíngues, em português, inglês, espanhol, francês e italiano (<http://emergenciaindigena.apib.info/files/2020/06/01-Card-Quarentena-Indigena-PT.pdf>).

Destaque-se igualmente uma campanha intensa para a vacinação, combatendo informações falsas, ressaltando a vacinação prioritária como uma conquista de um direito fundamental e incentivando-a.

Há também uma série grande de campanhas de arrecadação de recursos para a manutenção de barreiras sanitárias e compra de equipamentos assim como doação de insumos necessários para a sobrevivência. Note-se que com a pandemia e o isolamento social há um impacto na geração de renda das populações indígenas e na relação com a cidade, onde muitas famílias hoje complementam suas roças.

Percebe-se, portanto, que a despeito do isolamento das comunidades, estratégia central no combate ao avanço da doença, busca-se de maneira virtual e também real, uma articulação coletiva, fortalecendo uma noção de coletivo por meio da participação de indígenas, não indígenas, lideranças, artistas, intelectuais, brasileiros e pessoas de fora do país, estabelecendo-se uma rede de alianças de sujeitos e entidades distintas em prol de uma causa.

3.2 Memória ancestral e cosmopolíticas ameríndias em ação

Outro aspecto importante a se destacar é que os impactos devastadores de uma pandemia são parte e acessam também a memória coletiva de muitas populações indígenas, as quais já passaram por situações semelhantes em décadas passadas, produzindo sofrimento psíquico.

Para Jimenez; Fernando; Juarez (2020) falando de Cherán/México:

Na memória coletiva da comunidade estão as narrativas da febre espanhola propagada na segunda década do século XX. Os avos contam que morreram dezenas de indígenas cheranenses. Uma das principais características era a febre alta. A doença ficou conhecida popularmente como a febre (JIMENEZ; FERNANDO; JUAREZ, 2020, p.1)

Sheila Baxy Apinajé nota que a primeira situação vivida entre os Panhi Apinajé neste momento foi a do sofrimento psíquico.

Começamos de início a viver um surto psicológico da doença, pois os Apinajé, em suas memórias, já tinham passado por outra epidemia. Lembramos que no surto da varíola (gripe Espanhola) em 1908 muitos indígenas faleceram, quase levando nosso povo à extinção. Foi um momento muito violento para nosso povo (BAXY APINAJÉ, 2020, p. 3).

O professor Koria Tapirapé também ressalta que o momento acessa a morte por doenças infecciosas de gripe e malária nas décadas de 1930/40, situação narrada pelos anciãos, os quais afirmam que a população Apyawa chegou a ter apenas 52 pessoas. Este processo é doloroso e gera medo.

Ademais, segundo os professores Koria Tapirapé e Sheila Baxy o vírus afeta intensamente a convivência das pessoas que ficam impedidas de praticar suas regras de convivência, que tendem quase sempre ao coletivo e a reciprocidade. Para o professor Silvino Xerente a cultura indígena é a da aglomeração (Apresentação oral, 2020). Nesta direção, para Sheila Baxy Apinajé o coronavírus ataca a cultura indígena (Apresentação oral, 2020).

É possível observar, igualmente, entretanto, a permanência da prática de diversos rituais fundamentais às diversas cosmopolíticas indígenas. Estes, inclusive, são responsáveis pela alegria e saúde das pessoas.

Cherán, enquanto comunidade indígena fortalece sua coesão comunitária por meio de rituais, festas, assembleias, usos e costumes, de modo que as medidas de distanciamento social que os organismos de saúde oficial promovem parecem ser contrárias a vida em comunidade (JIMENEZ; FERNANDO; JUAREZ, 2020. p.1).

É importante ressaltar então que se por um lado a pandemia afeta as culturas ameríndias, acessando memórias de dor e sofrimento psíquico e restringindo práticas comunitárias, por outro a luta contra a Covid-19 acessa as diversas cosmopolíticas ameríndias. Os rituais se mostram muito importantes.

A resistência ao avanço da pandemia se dá então nos resguardos, nos saberes dos anciãos e anciãs, nas terapêuticas do mato, nos rituais e na espiritualidade indígena. Umya Karajá afirma que para sua comunidade, os cantos dos Ijasò praticados nesses momentos difíceis contribuem para afastar o vírus. Ele diz:

Estamos juntos fazendo orações para os Aruanãs continuarem existindo. Os Aruanãs trazem alegria, paz, união e muita motivação cultural. Eles são importantes para a nossa comunidade Iny. Se acabar a nossa natureza, grande defensora de várias doenças da atualidade, todos nós acabaremos juntos com ela.

Koria Tapirapé afirma que “a partir de nossa luta conjunta, temos a proibição de alguns alimentos, geralmente as carnes mais fortes, consideradas como portadores de espírito mal. O consumo destas carnes poderia piorar a situação conforme explica a cosmologia” (VALDVANE TAPIRAPÉ, 2020).

Segundo o mesmo professor,

elemento notável e interessante é o acesso às diversas espiritualidades, fizemos isso para somar a força de nossa proteção, com a cosmologia apyawa, com o dono do rio, dos peixes, do morro, de animais. É uma forma de alegrar os nossos espíritos para nos proteger da pandemia. Contamos com força de nosso aremomoya, pessoa grande, que cuida da organização da natureza, contamos com entes sobrenaturais para vencer a pandemia, segundo a cosmologia para que chegue a doença com menos agressividade (VALDVANE TAPIRAPÉ, 2020).

Koria, intelectual Apyawa chama a atenção, ainda, para a importância dos anciãos e anciãs. Segundo o mesmo “são eles que carregam nossas epistemologias, nossas toras, nossas leituras sobre natureza e mundo. Perdemos um ancião, perdemos um conjunto de conhecimentos e sabedoria. Esse é o ponto mais crítico”.

Mais uma vez é nos modos próprios de existência que as populações indígenas agenciam o mundo e garantem sua dignidade. A luta contra o avanço da Covid-19 deve deixar como marca a importância de tais agenciamentos e especificidades estarem presentes nas políticas públicas e ações institucionais, a fim de se garantir pleno acesso à democracia.

3.3 Espiritualidade e o poder das plantas-pessoas

Neste cenário, de modo geral, temos percebido o poder da cura por meio da espiritualidade das plantas medicinais. Se não fosse o poder das plantas medicinais presente nas sabedorias indígenas, o desastre seria muito maior. Isto, no entanto, não tira a possibilidade de extinção de povos indígenas de pequena população. A extinção de um povo representa a extinção de língua e da perda irre recuperável de saberes únicos, culturais, históricos e ecológicos. Significa a perda de um tanto de humanidade presente no planeta. É irre recuperável.

Para os Krahô, “o nosso médico foi o pajé mesmo” (Apresentação oral, Pocuhto, 2020).
Para Koria Tapiarapé

nunca podemos pensar em comercializar as medicinas tradicionais. Ela não compactua com as medicinas maira (não indígena). O próprio dono retira o poder da medicina. Seria sem efeito. Não faria nenhuma cura. Neste sentido tivemos a medicina para todos. Os xamãs disponibilizaram a medicina para todos. Foi uma luta conjunta (Apresentação oral, 2020).

Atitude bem semelhante foi adotada pelo Karajá. Kuriawa, um grande professor e movimentador da cultura de seu povo, contou-nos que sua comunidade foi tratada por meio

das plantas medicinais. Para ele, as plantas medicinais têm poder de afastar a coronavírus. Ele comemora sua cura agradecendo à natureza.

O povo Tenetehar/Guajajara, assim como outros povos indígenas, não estava preparado para enfrentar essa doença. Quando surgiu a notícia na televisão de que um vírus terrível estava se espalhando rapidamente pelo mundo e que em breve chegaria ao Brasil e aos territórios indígenas, se apegaram às rezas ancestrais e buscaram auxílio na natureza e na memória ancestral.

A mãe de Cíntia Guajajara lembrou dos chás quentes de ervas que aprendera com seus avós, das sementes e da água da casca de quina, que aprendera com sua mãe. Fizeram banhos nas crianças com essas ervas. O cumaru e açafraão ajudaram muito no combate ao vírus. Voltaram a comer alimentação da região: frutas nativas, alimentação que vem da roça, como o milho, o feijão e a batata. Voltaram a pescar peixes do nosso rio. Fizeram chá da folha da maconha com gengibre para se acalmar. Descobriram que o óleo da maconha e a semente dessa erva aumentam a imunidade. Fizeram pomadas (cremes) das folhas das árvores. Os banhos da folha da ‘negra mina’ também ajudaram bastante.

Nossa ciência ancestral nos salvou desse terrível vírus. Continuamos vigilantes e nos cuidando.

Os Mehinako, que vivem no Território Indígena do Alto do Xingu (MT), resistiram a essa doença maligna sem óbitos por meio dos recursos da natureza, que salvaram a vida das pessoas. Por este motivo precisam manter e preservar o meio ambiente, pois é nele que buscam as plantas medicinais para fazer todos os tratamentos tradicionais. A própria alimentação se encontra no meio ambiente que preservam. Vivem e dependem dos recursos existentes na natureza, sem ela não sobrevivem. Nos Meinahko o remédio-planta-medicina que os ancestrais raizeiro(a)s passaram para usar serve para soltar catarro do peito e de pulmão. É bom para perda de apetite e tem ferro vitamínico. Chamam a essa medicina Tatsitsuinhü (Doce). Ela pode tirar o catarro que nunca sai do peito e do pulmão. Com esse remédio caseiro, conseguiram resolver esse problema. Ademais, todos aprenderam um pouco sobre as medicinas tradicionais dos avôs.

O povo Wauja foi contaminado pela coronavírus de dezembro de 2020 a janeiro de 2021. Todas as pessoas ficaram doentes e apresentaram sintomas na aldeia. Começaram então a tomar plantas medicinais como a epeyeixuma. Fizeram um chá de epeyeixuma para aliviar a dor de garganta. Para preparar esse remédio tradicional deve-se tirar raízes da planta epeyeixuma e tirar a folha apenas, folha de epeyei, colocá-la junto na panela com água e

cozinhar. Após ser fervido deve-se levar para o paciente deitado na rede e deixar embaixo dele. A fumaça com cheiro vai se espalhando no corpo do paciente. Isso pode deixar o paciente não sentir cansaço, febre e dor no corpo. Após a melhora deve-se tirar somente a folha do epeyei e esfregá-la com água na panela de 15 litros, deixar ferver um pouco e tomar, beber bastante para poder vomitar. Pode-se fazer isso até esvaziar a panela. Esse tipo de tratamento é para o paciente voltar a sentir o paladar. Essa planta medicinal tradicional sempre é utilizada. Os xamãs também fizeram pajelança com as pessoas que estavam passando mal. As equipes de saúde acompanharam os pacientes.

Nos Boe Bororo todos foram afetados com a Covid-19. O povo perdeu parentes na comunidade. Só depois da chegada da doença chegaram testes da doença com a equipe de saúde que veio de Cuiabá. Nessa hora a maior parte dos bororos de Meruri já estavam curados. Não com remédio do não indígena, e sim com as ervas que passaram a tomar para melhorar das doenças que pegaram sem saber que era a pandemia.

3. 4 Máquina de destruição: necropolítica monoepistêmica

Como se vê, a Covid-19 segue avançando sobre territórios originários e afetando indígenas aldeados ou em contexto urbano. Isto se dá sob forte resistência e protagonismo indígena, com base em uma rede de articulações entre agentes e afetos diversos, e também nas epistemologias e cosmopolíticas originárias. A noção de coletivo é central para a ação.

Segundo Jimenez; Fernando; Juarez, no México, “a pandemia tem demonstrado a incapacidade do Estado em resolver o tema da saúde pública dos p’urhépechas” (Jimenez; Fernando; Juarez, 2020, p. 1).

Para Arruti, no Brasil,

a pandemia veio nos alertar sobre a necessidade e a urgência de jogar luz sobre esta terceira precariedade, relativa ao acesso às políticas de saúde. Nesse contexto, a noção de precariedade confunde-se com a de necropolítica, essa variação colonial e pós-escravista da biopolítica: um modo de governar a vida que normaliza a morte de alguns em favor da segurança de outros (ARRUTI, 2020, p.1).

Como resultado de políticas de estado no Brasil, corpos indígenas e negros seguem sendo mais afetados que outros. A despeito disso, por muito tempo, a taxa de letalidade entre populações indígenas seguiu mais alta que para outras populações. Para um professor Xerente,

faltou o atendimento de nossas autoridades que estão na frente do Ministério da Saúde. A gente pensava como os Akwê vão ser atendido. Eu mesmo recebi só uma vez a máscara, não recebi gel, não recebi nada. Pergunto: será que isso é prevenção? Precisamos ser mais atendidos, precisamos que nossas autoridades deem atendimento diferenciado para nosso povo.

Para um outro intelectual Tapirapé

o governo é genocida, ecocida, gerocida, é o governo que pratica a necropolítica. Nosso direito está sendo violado, na constituição e nas leis internacionais. O governo não leva a mínima consideração para com os indígenas. Só tem plano de ódio. O governo que prega sobre nós o ódio, o preconceito, a discriminação, a intolerância. É o governo do autoritarismo. São mais de 500 anos que mostram nossa resistência, nossa luta, transmitida pelo vento, segundo pajés.

A noção de necropolítica segundo Achile Mbembe é a capacidade de o estado definir por meio de suas ações quem vive e quem pode morrer. Para o autor a noção “baseia-se no conceito de biopoder e explora sua relação com as noções de soberania (*imperium*) e o estado de exceção” (MBEMBE, 2016, p. 124). Para o mesmo autor, pressupõe-se “que a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer” (p.123).

É evidente, portanto, que uma das marcas mais fortes e evidentes da necropolítica em tela é sua base monoepistêmica. Ao mesmo tempo em que elimina corpos, desmonta saberes, desvincula relações e ataca outros modos de ser e conhecer, como se percebeu ao longo do tempo.

Neste contexto, as políticas públicas em referência fortalecem seu caráter monocultural, intensificando mecanismos de decisão centralizadas e reproduzindo uma estrutura de poder com decisões autoritárias e violentas. Simultaneamente, excluindo os saberes indígenas e de outras populações. Isso, inclusive, tem gerado desconfiança dos indígenas com relação ao tratamento que vão receber nos hospitais. Muitos não aceitam ser internados, preferem ficar em suas comunidades, mesmo correndo o risco de morrer.

É, sem dúvida, preciso melhorar a comunicação no entendimento da pluralidade cultural e social, o que significa também perceber e reverter o silenciamento sistemático dos discursos que objetivam desconstruir pensamentos e práticas hegemônicas que excluem saberes, línguas e visões de mundo. A articulação epistêmica permite construir novos paradigmas comunicativos, sejam eles em saúde, educação ou qualquer outra área, pois exige-se o diálogo intercultural em tarefas prioritárias para a emancipação social, o enfrentamento das desigualdades e o bem-estar da população. Mais do que nunca fica evidente que as

Dossiê epistemologias do sul e diálogos interculturais na educação.

instituições devem ser interculturais, de caráter crítico, possibilitando a comunicação entre epistemologias e reforçando a atuação em distintas culturas e contextos. Para Damsokekwa (2020) é preciso ter agentes indígenas nos processos de decisão.

Essa discussão mostra como políticas públicas precisam, de fato, mudar seus velhos paradigmas, centrados na fragmentação dos conhecimentos, na racionalização do mundo e no distanciamento cultural e humano.

A pandemia está a indicar a necessidade de modelos mais complexos de análise e que o impacto de uma doença infecciosa nesta parcela da população brasileira está associado também com outras particularidades e contingências: socioculturais, políticas, históricas, alimentares, nutricionais, epidemiológicas, emocionais, econômicas, territoriais e ambientais. A pandemia também explicita as fragilidades do sistema de atenção estruturado para proteger e promover a saúde individual e coletiva da população indígena, e o quão vulnerável e dependente ele é do (des)compromisso dos gestores públicos de plantão com seus direitos, inclusive a uma vida saudável (VERDUM, 2020, p.35).

Sugerimos que as políticas públicas e as instituições de Estado devam ancorar-se em fundamentos coteóricos e interculturais, incorporando diferentes linguagens e formas de expressão no processo dialógico de gestão das demandas. Isto salva vidas!

A política pública deve ter como base, portanto, o desenvolvimento de metodologias colaborativas na atualização de elos culturais silenciados e de espaços epistêmicos apagados, e também na associação a projetos utópicos que envolvam e integrem amplamente sentidos, saberes e sonhos emancipatórios. A arte, as narrativas, as histórias da literatura oral, por exemplo, assim como os conhecimentos operacionalizados nas cosmopolíticas ameríndias, contribuem para a construção de novas abordagens metodológicas e pedagógicas a serem consideradas na investigação e produção de novas bases epistêmicas.

4. A causa do mal: disjunção entre natureza e cultura

Por meio de atividades acadêmicas e de pesquisas realizadas ao longo da etapa de estudos do Curso de Educação Intercultural do Núcleo Takinahakỹ, entre março e abril de 2021, pudemos ter novamente momentos de interaprendizagem entre docentes indígenas e não indígenas. Os docentes indígenas em seus territórios originários produziram conhecimento relevante sobre o tema da Covid-19 com base em suas epistemologias, oferecendo generosamente uma visão pluriépistêmica sobre a dramática questão.

A etapa se desenvolve, no momento, em modo virtual. Docentes não indígenas estão fechados em suas residências se protegendo da agressividade da doença, enquanto assistimos todos estupefatos a média de mortes diárias no país ultrapassar 3 mil brasileiros e observamos cenas chocantes de um possível colapso no sistema de saúde nacional.

Nos territórios originários, docentes indígenas seguem sendo vacinados a ritmo lento e buscam se cuidar da doença com base em seus conhecimentos ancestrais e na ciência ocidental, indicando a importância de uma ecologia de saberes, como já afirmou Boaventura de Santos Sousa (2021).

No Estudo Complementar “Línguas Indígenas V”, coordenado pela professora Maria do Socorro Pimentel da Silva, o qual traz em sua ementa discussão inovadora sobre letramento em línguas indígenas, trabalhou-se com o tema das plantas medicinais, seguindo o protocolo adotado pelos povos indígenas na pandemia, de uma ética ecológica intercultural de autorização dos/as guardiões e guardiãs desses saberes que salvaram muitas vidas indígenas.

No tema contextual “Projeto de Pesquisa 1, 2 e 3”, coordenado pelo professor Alexandre Herbetta, se propôs atividades de pesquisa, com respeito a protocolos de uma pesquisa indígena acerca do tema, gerando aprofundamento nas razões estruturais acerca do que se passa no planeta. Ambas as atividades são componentes curriculares do Curso de Educação Intercultural e foram realizados no período de 1 a 5 de março de 2021.

Em pesquisa realizada na comunidade Krikati, descobrimos que os wajacaa (sábios e curadores) já sabiam que uma doença estava vindo de longe, pelo vento, há algum tempo. Segundo o wajacaa, a doença é entendida no território pelo nome êh’cac. Para os Krikati a doença tem a ver com a exploração predatória da natureza. É o mesmo que afirma Davi Kopenawa, quando chama de povo da mercadoria àqueles que têm como base uma ancestralidade europeia e uma prática produtivista/consumista de vida. Os sábios Xavante já sonhavam com a chegada da doença há anos e alertavam as pessoas.

Para Sheila Baxy:

Para os mais velhos esta nova doença é como mē à, conhecida pelo nome de kuyt kak, que é a doença do macaco guariba, que traz gripe muito forte, febre muito alta e pode matar muito rápido. O ancião José Ribeiro (Zé da Doca) diz que a doença não tem chocalho para nos avisar e que está confundindo, atacando o lado psicológico, porque os não indígenas estão morrendo e nós podemos vir a sumir da terra (BAXY APINAJÉ, 2020, p.3).

A Covid-19 no povo Boe é conhecida como Brae ekogodae pegareu. Ela chegou na aldeia através de uma mensagem vinda dos aroeduge que, por sua vez, usaram o aroe

Dossiê epistemologias do sul e diálogos interculturais na educação.

tuworare (mensageiro do espírito encantado) na pessoa do senhor Burudui. Ele é um ancião muito respeitado em todo o território Bororo. Isto ocorreu no fim do ano de 2018. Na época a mensagem dizia que os aroe mostraram que havia sombra de muita tristeza nas grandes cidades que ficavam do outro lado do oceano (pobo maerewu). Tinha muita dor, tristeza, sofrimento para aquelas pessoas do outro lado do oceano. Disseram também que esta doença não era para os índios, mas que infelizmente chegaria nas aldeias e em todos os lugares devido a descuido e teimosia.

Segundo o sábio Boe é devido a grandes erros dos homens em relação a natureza e a falta de respeito com a mesma que a doença surgiu. O não indígena se acha muito inteligente. O sábio Boe recomendou a todos que conhecem os remédios (jorubo) tradicionais Bororo, e também a quem não conhece, para procurar os sábios desta área para começar a se cuidar. Os aroe recomendaram todos remédios (jorubo) de sabor amargo e muita fé em seus encantados que estarão nos olhando sempre.

Segundo um sábio (pajé) Kayabi a doença se movimenta como as nuvens e se materializa em primeiro lugar pelo odor. O odor é bastante citado quando os pensadores indígenas explicam a doença. Para o pajé Kayabi há um morcego grande e outros pequenos que se espalham com a doença. Para ele, na língua materna a doença é chamada de Jerau Ay Wae que significa uma doença forte. Ele lembra que foram 11 casos confirmados em sua aldeia e os remédios tradicionais utilizados os salvaram. Estes remédios são ensinados por entidades espirituais.

De forma geral, percebemos em nossas conversas baseadas nas pesquisas indígenas que a pandemia tem relação direta com o desequilíbrio decorrente da ação descontrolada e predatória do capitalismo sobre os territórios, assim como a disjunção entre os domínios da cultura e da natureza. Em todas as falas dos sábios indígenas pode-se perceber concretamente que nas epistemologias indígenas não há uma disjunção entre os domínios.

Segundo o intelectual e ativista Gersem Luciano Baniwa o mundo ocidental construiu uma disjunção entre os domínios da natureza e da cultura, o que é em primeiro lugar responsável pela objetificação da natureza e, conseqüentemente, por sua exploração predatória. Ela, afinal, vira um objeto a ser explorado. Em seguida, Gersem aponta esta disjunção como base de outras como entre o sujeito e o objeto, o corpo e a mente, as quais são base da ontologia ocidental que divide, separa e aliena.

A ciência acadêmica ocidental divide e opõe índio e branco, homem e mundo, sociedade e natureza, corpo e espírito, bem e mal, rico e pobre, gordo e magro,

conhecimento tradicional ou popular e conhecimento científico e assim por diante. É necessário a gente entender bem esse tipo de pensamento e, principalmente, ter muito cuidado para não acreditar nele como verdade absoluta. Os conhecimentos e pensamentos indígenas são muito diferentes e não se baseiam nesse dualismo por oposição. Acreditar e seguir indistintamente o pensamento ocidental na escola e na academia pode produzir estragos profundos irreversíveis para os nossos conhecimentos e modos de vida indígena (LUCIANO BANIWA, 2019, p.3).

Para Luciano Baniwa, ainda:

A diversidade de pensamentos, de conhecimentos e de modos de vida é profundamente salutar à continuidade e sustentabilidade da vida no nosso planeta. É importante destacar que desde o momento em que o homem branco, por meio de sua ciência, começou a separar o homem da natureza, colocando-se acima dela como dominador, consumidor ou predador, aconteceram as piores coisas no mundo: desmatamento e queimadas intensas de grandes proporções, aquecimento global, enchentes e tsunamis, furacões, tufões devastadores, assoreamento e morte de rios e lagos, represas de mortes de peixes e assim por diante. O homem branco considera a natureza inferior a ele e, por essa razão, quer fazer dela o que bem entender: estradas, hidroelétricas, desmatamento, assoreamento de rio, exploração predatória e insustentável dos recursos naturais, tais como madeira, pescados, minérios, extrativismo, porque não sente dor de consciência coletiva, orgânica e cósmica, e isso advém da separação do homem da natureza. Praticar grandes monoculturas não é um pensamento apenas dos políticos brancos, é pensamento do ocidente que está na universidade, na escola e na sociedade herdeira do ocidente europeu. A partir do momento em que acreditamos e adotamos os cânones artificiais de objetividade, imparcialidade, apolítica, neutralidade, impessoalidade e laicidade da ciência acadêmica, passamos a pensar igual como pensa o grande produtor de soja, cujo único interesse é ganhar e acumular dinheiro a qualquer custo de qualquer forma, não importando as consequências de seus atos para a vida humana e a vida da natureza (LUCIANO BANIWA, 2019, p. 4).

Da mesma forma, nas pesquisas indígenas realizadas nos estudos complementares e temas contextuais em referência, outro aspecto marcante é a espiritualidade presente no planeta. Emerge daí uma variedade pluriépistêmica responsável pela re (existência) originária.

Conforme Ailton Krenak:

Assim como aquela senhora hopi que conversava com a pedra, sua irmã, tem um monte de gente que fala com montanhas. No Equador, na Colômbia, em algumas dessas regiões dos Andes, você encontra lugares onde as montanhas formam casas. Tem mãe, pai, filho, tem uma família de montanhas que troca afeto, faz trocas. E as pessoas que vivem nesses vales fazem festas para essas montanhas, dão comida, dão presentes, ganham presentes das montanhas. Por que essas narrativas não nos entusiasma? Por que elas vão sendo esquecidas e apagadas em favor de uma narrativa globalizante, superficial, que quer contar a mesma história para a gente? (KRENAK, 2020, p. 10).

No mesmo sentido, para Floriberto Diaz Gomes:

Não é uma loucura ou superstição que nossos pais e mães nos ensinaram que devemos conversar com a terra para cultivá-la, ou que árvores, pássaros e rios são nossos irmãos, e que devemos fazer rituais e cerimônias de vida em, pelo menos,

uma vez por ano, para olhar para nós mesmos e perceber que nossa vida é o menor ponto do cosmos, mas talvez um dos mais importantes da criação (HERNANDEZ; JIMENEZ, 2014, p. 49).

Os conhecimentos indígenas foram então acessados nas pesquisas indígenas, as quais por meio da língua materna nos alertam para a situação de desequilíbrio no planeta e para a necessidade de interaprendizagem. Como vimos, entretanto, a necropolítica se apoia na noção de monoepisteme atacando outros saberes.

Concluimos ressaltando a importância de, como país, reconhecermos o epistemicídio, como bem discute Célia Xacriabá (2018), que ocorre a partir do monopólio da produção do conhecimento científico, pautada na disjunção entre natureza-espírito e cultura-pessoas, configurada como único modelo, impedindo a circulação e existência de outras formas de saber que não se encaixem nos cânones consagrados dos conhecimentos científicos.

Devemos, todos, dar um basta na necropolítica monoepistêmica que permite a morte de muitos.

Manaije Karajá manifesta sua dor ao falar das mortes de muitos de sábios e sábias, guardiãs e guardiões de saberes milenares e grandes mestres e mestras responsáveis pela transmissão de conhecimentos especializados às gerações mais novas. Em sua comunidade, morreram muitas mulheres especialistas em movimentar o conhecimento de seu povo por meio da arte. Essas mulheres eram mães de professores e professoras Karajá.

No Brasil todo, inúmeros professores e professoras indígenas também faleceram, vítimas da Covid-19, muitos deles eram também lideranças, companheiros(as) e ouvintes de seus povos, lutadores(as) implacáveis pela defesa dos saberes e línguas indígenas no pensar a escola intercultural.

A Covid-19 deixará muitas narrativas de dor e sofrimento, mas também de retomadas das epistemologias indígenas. Deixará, ainda, a necessidade urgente de metodologias colaborativas nas gestões públicas para a busca da cura das pessoas.

Compreender as estratégias indígenas na luta contra a doença, quando muitos recorrem, além das ervas medicinais, às músicas e às rezas de tradição indígena (não cristã) para agradecer à natureza pelos remédios, tem um significado de grandeza para refletirmos sobre as bases mecanicistas, racionalistas e positivistas que se apresentam no mundo como fonte potencializadora do processo civilizador. Esse mesmo processo culminou em tamanha destruição dos ecossistemas, colapsos sociais generalizados sem pontos harmônicos para a comunidade humana global.

Esses pontos de reflexões devem ser considerados no enfrentamento das pandemias e dos preconceitos vividos pelos indígenas em diversas dimensões de convivências com as sociedades não indígenas. Devemos ter respeito pelos sábios e sábias das comunidades e respeito pelas sagradas plantas medicinais. Desmatar nunca, queimar nunca! Os territórios originários são fundamentais para um reequilíbrio do planeta. Devemos aprender nossos saberes ainda mais. Nossos conhecimentos ancestrais podem curar!

5. “Nós”, em parte. Seguimos de alguma maneira

Em abril de 2021, quando o país ultrapassou a terrível marca de mais de 400 mil óbitos, com o texto finalizado, aprovado pelo coletivo, representado pelo pronome “nós”, construído no decorrer do texto, como mencionado, explicado e proposto, e encaminhado para publicação, passamos por uma situação dramática, violenta e chocante. Uma de “nós” adoeceu de Covid-19 e teve seu quadro agravado dia a dia.

Nos organizamos em redes maiores, junto a outros coletivos, de reza, canto, oração e vibração, para tentar colaborar na cura de nossa querida colega, amiga, parceira, parte de “nós”, a professora Maria do Socorro Pimentel da Silva.

Por fim, após cerca de um mês de luta pela vida, no hospital, no dia 3 de maio de 2021, a professora Socorro, chamada como mãe por muitos docentes, intelectuais e lideranças originárias ou não, indicando sua importância e centralidade na construção de um mundo melhor, o que sempre fez com amor e intensidade, por meio de projetos educacionais, por sua atuação na Universidade Federal de Goiás, pelo Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena, apenas uma de suas crias, não resistiu às complicações da doença, e partiu.

Sua vasta obra aponta caminhos fundamentais para a transformação da educação escolar indígena, para uma universidade plural, para a conquista e garantia dos direitos indígenas, assim como para a assunção de uma democracia plena e decolonial. Sua reflexão teórica constrói um novo repertório de noções inovadoras para se pensar e praticar este outro mundo, como bilinguismo epistêmico, fundamentando o que se chama novas bases epistêmicas, referência importante no campo da interculturalidade crítica.

A terrível doença do novo coronavírus, diminuída por alguns e algumas, agrediu intensamente seu corpo, assim como o fez a milhões de pessoas no mundo. Mais de 400 mil brasileiros e brasileiras, apenas neste país, em pouco mais de um ano, não resistiram e partiram, deixando seus coletivos, entristecidos e desestruturados, atentando contra a

Dossiê epistemologias do sul e diálogos interculturais na educação.

potência da coletividade, apontada já no texto como marca das cosmopolíticas ameríndias. E de outros modos de ser.

Como já tratado, a doença é gerida no país, com base em uma necropolítica monoepistêmica, que parece não tomar como base, dados do mundo real. Tal política nega a situação e é certamente parte da tragédia que assola o país. Imaginar políticas com base em, por um lado, uma falsa dicotomia entre vida e economia é um dos princípios da tragédia. Não há economia sem vida, não há sociedade sem economia. Pensar, por outro lado, que a solução para uma das maiores catástrofes sanitárias da história do planeta, tem a ver com um simplório incentivo a que as pessoas sigam saindo de seus lares para se aglomerarem e se contaminarem, não é aceitável.

A questão, como alguns outros territórios demonstraram, é o controle da pandemia, o que faz com que vida, economia e todo o “resto”, sigam avançando em boas condições e com dignidade.

Como se sabe há mais de um século, a contenção e controle de uma doença viral se dá pelo controle da circulação do vírus, que acontece por meio de pessoas-hospedeiras, o que passa por ações como testagem em massa, isolamento e distanciamento social, uso de máscaras de proteção, *lockdowns* assistidos pelos distintos governos, por uma comunicação objetiva e direta de conscientização das pessoas, uma articulação com gestores e gestoras nacionais e internacionais e com base na ciência e nos diversos conhecimentos ancestrais. Estranhamente o Brasil faz tudo às avessas. São mais de 400 mil! Parte de todos nós.

5.1 Texto sem fim, parte de nós e a potência de plantas-espíritos-pessoas

Este texto não tem fim. Parte de “nós”, autores e autoras desta reflexão-proposição, se foi.

Nossa querida parceira, que demonstrou ao longo de sua vida uma energia vital, alegria e amorosidade como poucas outras pessoas, estando sempre com disposição para atuar, colaborar, ensinar e transformar, é mais uma vítima do cenário desolador da nação.

Segundo algumas notas de despedida, o pajé Iny-Karajá que a assistia, disse que ela se dirigiu a um grande lago, observando atentamente a natureza que a rodeava. Talvez seja agora parte de um universo mais vinculado às águas, como o do povo Iny, no qual vivia espiritualmente e amorosamente vinculada.

Socorro se encantou!

Agora, de sua nova posição, junto ao universo espiritual das plantas-pessoas-espíritos, seguirá nos inspirando. Seguirá sendo nossa referência. Nossa guia. Seu legado de luta, criação e transformação, em busca de um mundo com justiça social, baseado nas pluriépistemologias, seguirá nosso. Parte de nós!

Kaa ijasò mahãdu rèsèrèri ixỹ ube – ki, bèra ldu rỹirèri, utura, nawii kia tyytby ryirèrimy ihãre. Kiatahè tii mahãdu wna iny raxiwè mahỹre irèhèmy iny tarũmy rỹikèmy, bdè bdè rỹira tule irũmy rỹira kèmy. Ijasò hèka dèysa iny dèè riwymyhỹre, awimy iny ratxikèmy, iny rexibutunymy irũmy iny tabdèdỹnanadi rỹikèmy. Tii boho hèka aõni awi rare iny dèè. Bdèbdè roimyhỹre rexihukèki tahè ikymy òhutibèna rỹira rùsakè tahè iny boho ihèki rekexihurènykè.

Umya Karajá



Referências

AGUILAR, Raquel. Comunalidad, tramas comunitarias y producción de lo común. Debates contemporáneos desde América Latina/Raquel Gutiérrez Aguilar (Coord.) Oaxaca, México: Colectivo Editorial Pez en el Árbol, Editorial Casa de las Preguntas, 2018.

ALFRED, Taiaiake. Wasase: indigenous pathways of action and freedom. Canada: Broadview Press, 2005.

ARRUTI José Maurício. Os quilombos sob a Covid-19: subnotificação e necropolítica. 14 ago. 2020. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/opiniao/2020/Os-quilombos-sob-a-covid-19-subnotifica%C3%A7%C3%A3o-e-necropol%C3%ADtica>.

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL (APIB). Emergência Indígena: plano de enfrentamento da covid-19 no Brasil. Disponível em: <https://emergenciaindigena.apiboficial.org/>.

BAXY, Sheila Apinajé. Meà e a luta contra o avanço do coronavírus entre os Apinajé. Revista Articulando e Construindo Saberes, v. 5, 2020. DOI: 10.5216/racs.v5i.65254. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/racs/article/view/65254>. Acesso em: 03 mar. 2021.

BAXY, Sheila Apinajé. Participação em Live MAXY Sheila Apinaje. Re-experimentando a Resistência: a Covid-19 entre os Indígenas. Canal Oficial da UFG e Canal Oficial do Núcleo Takinahakỹ, 10 set. 2020.

DAMSOKEKWA, Ercivaldo. Complexidade da gestão escolar indígena: apontamentos particulares. Revista Articulando e Construindo Saberes, v. 5, 2020. DOI: 10.5216/racs.v5.66341. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/racs/article/view/66341>. Acesso em: 03 mar. 2021.

DESACATO. Brasil atingiu a marca de 1.002 indígenas mortos por covid-19. Disponível em: <http://desacato.info/brasil-atingiu-a-tragica-marca-de-1-002-indigenas-mortos-por-covid-19/>.

HERNANDEZ, Sofia; JIMENEZ, Rafael Cardoso. FLORIBERTO DIÁZ: Escrito. Comunalidad, energia viva del pensamiento mixe Ayuujksenaa'yen – ayuujkwenmaa'ny – ayuujk mek'ajten. México: Universidad Nacional Autonoma de Mexico, 2014.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Indígenas de cidades com Covid-19 não ficarão sem assistência, mas responsabilidade é do SUS, diz Sesai. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/indigenas-de-cidades-com-covid-19-nao-ficarao-sem-assistencia-mas-responsabilidade-e-do-sus-diz-sesai>.

JIMÉNEZ Alicia Lemus, FERNANDO Juan Jerónimo JUÁREZ Jerónimo. Autonomía indígena: la crisis pandémica y las respuestas comunitarias en Cherán K'eri. Disponível em: <https://ichan.ciesas.edu.mx/covid-19-autonomia-indigena-la-crisis-pandemica-y-las-respuestas-comunitarias-en-cheran-keri/>.

LUCIANO BANIWA, Gersem. Educação para o manejo de mundo. Revista Articulando e Construindo Saberes, v. 4, 2019. DOI: 10.5216/racs.v4i0.59074. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/racs/article/view/59074>. Acesso em: 29 mar. 2021.

MBEMBE Achille. Necropolítica. Revista Arte & Ensaios, n. 32, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>. Acesso em: 15 mar. 2021.

NUNES XACRIABÁ, Celia. O Barro, o Genipapo e o Giz no fazer epistemológico de Autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada. Dissertação (Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

POHCUTO Tais Krahô Re-experimentando a Resistência: a Covid-19 entre os Indígenas. Canal Oficial da UFG e Canal Oficial do Núcleo Takinahakỹ, 10 set. 2020.

Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_saude_indigena.pdf. Acesso em: 13 mar. 2021.

RANGEL, Lucia Helena. Violência contra os povos indígenas no Brasil. RANGEL, Lucia Helena. Violência contra os povos indígenas no Brasil. Dados de 2019. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2020/10/relatorio-violencia-contra-os-povos-indigenas-brasil-2019-cimi.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2021.

RODRIGUES, Alex. Agente de saúde é a primeira indígena a ter coronavírus confirmado. Agência Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-04/agente-de-saude-e-primeira-indigena-ter-coronavirus-confirmado>. Acesso em: 05 mar. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. Revista Crítica de Ciências Sociais, 78, 2007, colocado online no dia 01 outubro 2012, criado a 19 abril 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/753>. DOI : 10.4000/rccs.753.

SIRINAWÊ, Silvino Xerente. Re-experimentando a Resistência: a Covid-19 entre os Indígenas. Canal Oficial da UFG e Canal Oficial do Núcleo Takinahakỹ, 10 set. 2020.

VALDVANE Tapirapé, Koria. Re-experimentando a Resistência: a Covid-19 entre os Indígenas. Canal Oficial da UFG e Canal Oficial do Núcleo Takinahakỹ, 10 set. 2020.

VERDUM, Ricardo. O orçamento e a política do indigenismo bolsonarista em 2019. In: RANGEL, Lucia Helena. Violência contra os povos indígenas no Brasil. Dados de 2019. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2020/10/relatorio-violencia-contra-os-povos-indigenas-brasil-2019-cimi.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2021.

WILSON Shawn. Research is Ceremony: Indigenous Research Methods. Canada: Fernwood Publishing, 2015.

Submetido em 26 de maio de 2021.

Aceito em 16 de julho de 2021.

Publicado em 31 de julho de 2021.